

**PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM FOCO: DISRUPÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA
PELOS MOVIMENTOS POLÍTICOS-SOCIAIS ICONOCLASTAS NA AMÉRICA
LATINA (2018-2021)**

Laissa Pacheco¹

Daiane Tavares²

Resumo: Os patrimônios culturais são um importante instrumento simbólico de representação e construção das memórias por intermédio de imagens monumentais, no intuito de exaltar determinado passado histórico. Através desses simbolismos, a memória de uma nação é contada e cristalizada na sociedade. Contudo, para além da análise dos objetos como resultado final dos fatos históricos, é preciso se aprofundar na complexidade dos processos e agentes sociais que são sujeitos da constituição das memórias. Assim, o objetivo do presente estudo é analisar movimentos político-sociais iconoclastas contrários à memória nacional de países latino-americanos, que uma vez foi consolidada como narrativa oficial e hegemônica, através da destruição de estátuas na qualidade de patrimônios culturais de personalidades como Borba Gato (Brasil), Manuel Baquedano (Chile) e Cristóvão Colombo (Colômbia); durante o período de 2018-2021. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com coleta de dados por meio de análise documental, com enfoque nos discursos e notícias expressas nas mídias sociais. Para formação do referencial teórico, é possível dividir a pesquisa em três pilares principais: memória (POLLAK, 1989; LE GOFF, 2003), patrimônio histórico (CHOAY, 2006; BOURDIEU, 1989) e cultura (HALL, 2006).

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Cultural; Movimentos político-sociais iconoclastas; América Latina.

1. INTRODUÇÃO

Construções monumentais como símbolo da memória nacional compõem o importante acervo de patrimônio cultural material que conta a história de um país (OLIVEIRA, 2008). Providos pelo processo de nacionalização dos bens, ocupam geralmente posições de destaque e atuam com a finalidade de homenagear, celebrar e eternizar tal memória como herança pública (CHOAY, 2006). Assim, adquirem diversos moldes, seja em forma de monumentos representativos de guerras, personalidades, vitórias, bens nacionais, e dentre outros acontecimentos e figuras marcantes.

Contudo, por trás do patrimônio de “pedra e cal” e da narrativa incorporada a ele, resiste, ainda que nebulosamente, uma segunda memória que foi abafada ao longo dos anos.

¹ Mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense. E-mail: laissapacheco@id.uff.br.

² Mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense. E-mail: daianetavares@id.uff.br.

Apesar de por muitas vezes silenciada, nota-se que certos contextos, como de crise política, são capazes de emergi-la (POLLAK, 1989). Nesse sentido, a seguinte pesquisa opta por priorizar a perspectiva dos grupos que caminham em oposição à memória nacional no contexto de intervenções contra o patrimônio cultural.

Conforme aponta Achinte (2013), na temporalidade construída os grupos marginalizados foram caracterizados como “outros”, presos em um tempo imóvel que os apagavam da história nacional, ocasionando na reestruturação da sociedade através da desconstrução de seus modos de se representar e organizar, perdurado ao longo do tempo como um sistema de exclusão. Esta realidade é observada no contexto de opressão sobre a América Latina, que devido aos seus processos históricos oriundos do colonialismo, tem até os dias atuais monumentos nacionais e públicos que representam personalidades que participaram desse processo. No entanto, é possível apontar o crescimento de revoltas sociais, com a participação de grupos que não se sentem representados por esses patrimônios culturais, que normalmente remetem a entidades escravocratas, autoritários e colonialistas. Esses movimentos político-sociais ganharam força e visibilidade midiática, devido aos conflitos que envolveram alterações no patrimônio urbano em diferentes países latino-americanos como Chile, Colômbia e Brasil. Essas alterações vindas de atos como pichações, derrubadas, incêndios e roubos, tem provocado certa dualidade de opiniões em todo o mundo, visto que algumas pessoas vinculam essas atitudes ao vandalismo e depredação do patrimônio cultural, enquanto outros compreendem a tentativa de comunicação desses movimentos, através de atos iconoclastas.

O movimento iconoclasta surgiu no Império Bizantino, no início do século VII, sob o comando do imperador Leão II em 726 e com o seu término em 843, sob o comando da imperatriz Teodora. Esse movimento envolveu diferentes elementos da sociedade, como a própria igreja, a população em si, administradores do Império, entre outros; os iconoclastas eram contrários às imagens religiosas, o que culminou na destruição das mesmas, enquanto os iconófilos eram aqueles que adoravam essas imagens. Portanto, é possível observar que neste período ocorreu uma disputa entre as esferas política e religiosa, que segundo Ostrogorsky

(1984 apud FERNANDES, 2016), era uma forma do Império submeter a Igreja ao seu poder (LUPI, 2001; FERNANDES, 2015, 2016).

É nesse contexto que nasce o movimento iconoclasta, diretamente ligado aos símbolos e em meio à uma disputa religiosa e política. Contudo, essa disputa que resulta na destruição de símbolos acontece para além das imagens religiosas, refletindo também nos patrimônios culturais materiais em geral e dando novos significados a essas práticas. De acordo com o dicionário aurélio, a etimologia da palavra iconoclasta tem origem do grego *eikonoklástes*, cujo significado é “pessoa que destrói as imagens religiosas, símbolos ou monumentos” e tem por sinônimo a palavra vândalo. De acordo com Lambert (2020), a iconoclastia fez parte da história das civilizações, concluindo que “a história da destruição é também história” (LAMBERT, 2020, p. 122). Como exemplo, a autora cita a queda da Bastilha durante a revolução francesa e o estado caótico que o país se encontrava, com destruições e a derrubada da estátua do monarca; ocorrências que permanecem na história.

Ainda nessa perspectiva política do continente europeu em consonância com o assunto tratado anteriormente, o colonialismo, nota-se que este último fato evidenciou a organização colonial do mundo e influenciou diretamente a constituição dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário da América Latina (LANDER, 2000; MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000). Cabe diferenciar o termo colonialismo e colonialidade antes de avançarmos nessa discussão, visto que, o que será tratado neste trabalho é a colonialidade. Dussel (1994) e Quijano (2014) reconhecem o colonialismo como uma relação de dominação política e econômica de um povo sobre o outro e entendem como colonialidade uma forma de dominação que vai além das relações formais de exploração, mas que envolve as relações intersubjetivas, refletindo no senso comum e na aprendizagem de um povo; podendo ser observada até nos dias atuais, mesmo com o fim do colonialismo (apud AMARAL, 2015). No âmbito da relação essencialmente colonial, Laclau e Mouffe (1985) argumentam que a presença do “outro” impede a manifestação total do “eu mesmo”; logo, essa relação surge da impossibilidade da constituição de identidades plenas.

Portanto, esse eurocentrismo excludente refletiu na constituição do povo latino-americano, em suas aprendizagens, no modo de viver e, consequentemente, em sua

história. E quando abordamos o tema história, esta se materializa nos patrimônios coloniais já conhecidos em diversas cidades da América Latina. É antagônico a esta narrativa impositiva que nasce a resistência política e epistemológica conhecida como “Giro Decolonial”, por Nelson Maldonado-Torres (2005), dando luz ao termo decolonialidade.

No que se refere ao patrimônio colonial na América Latina, como foi citado anteriormente, esses bens remetem à violência do processo de colonização que subordinavam os demais grupos sociais, como os povos tradicionais; e após um longo processo, observa-se atualmente a eclosão de manifestações sociais que indicam a reivindicação de identidade e a busca por justiça social, direitos e disseminação da voz daqueles que por muito tempo foram silenciados.

Na literatura inerente à temática, os estudos se baseiam atualmente em assuntos como a derrubada de estátuas de Colombo nos Estados Unidos (NOVO, 2021), a legitimidade social e levantes contra estátuas nos campos da arte, política e micropolítica (DE OLIVEIRA, 2020; LAMBERT, 2020), derrubadas de estátuas e manifestações em países como o Chile (ROZAS-KRAUSE, 2020), o mal-estar em relação às obras de Júlio Guerra em São Paulo, inclusive a escultura de Borba Gato (RAHME, 2020) e associações políticas e culturais caribenhas encarregadas das intervenções executadas em monumentos locais (RENOU, 2020). Nota-se que existe uma maior repercussão nas mídias nacionais e internacionais sobre a derrubada de estátuas no âmbito da sua representatividade questionada por uma sociedade ou país, sendo possível encontrá-las como parte significativa das referências das obras citadas anteriormente. Contudo, no âmbito da academia, faz-se necessário maiores reflexões e discussões sobre o assunto por conta dos episódios referentes a iconoclastia cada vez mais frequentes e dos poucos trabalhos encontrados na literatura, o que é compreensível devido ao tema que é emergente.

Esta pesquisa não tem como foco os símbolos em si, mas sim os processos envolvidos na construção dessas memórias e os atuais manifestos contra esta memória nacional imposta. No contexto das discussões sobre lugares de memória, Santiago Júnior (2015) aponta que a atenção à história dos oprimidos foi reforçada, à medida que se aprofundaram as reflexões sobre o patrimônio, incorporando a ele caráter social de afirmação política de grupos distintos,

ao inseri-lo na esfera pública e nas humanidades. Nesse sentido, faz-se fundamental a observação dos processos de regaste da memória de grupos preteridos e o aprofundamento no jogo de disputas que eclodem entre as narrativas oficiais e marginalizadas (POLLAK, 1989; WOODWARD, 2012). Diante do contexto atual do crescimento de ações disruptivas em relações a patrimônios culturais, mostra-se a importância da análise da colonialidade, que se manifesta também a partir da memória nacional imposta e por meio de gestos e narrativas de poder que serão consideradas neste trabalho, com enfoque em patrimônios históricos específicos e contextos sociais emergentes.

Portanto, o objetivo do presente estudo é analisar movimentos sociais contrários à memória nacional consolidada como narrativa oficial e hegemônica, através da destruição de estátuas na qualidade de patrimônios culturais durante o período de 2018-2021, em países da América Latina, como Brasil, Chile e Colômbia. E para alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada é de cunho bibliográfico e documental, de natureza exploratória. Para formação do referencial teórico, é possível dividir a pesquisa em três pilares principais: memória (POLLAK, 1989; LE GOFF, 2003), patrimônio histórico (CHOAY, 2006; BOURDIEU, 1989) e cultura (HALL, 2006). Dessa maneira, a pesquisa aponta, especificamente, três monumentos históricos culturais localizados em três países latino-americanos cada, que sofreram intervenções nos últimos 4 anos de grupos que não compartilham da mesma perspectiva com relação à história, evidenciando a disputa de memória.

2. MEMÓRIAS EM DISPUTA E SEUS REFLEXOS EM ATOS ICONOCLASTAS

Antes de abordar o ato de derrubar estátuas na América Latina, é preciso definir conceitos como patrimônio histórico e cultura. Choay (2006) conceitua patrimônio histórico como um bem do passado comum de uma comunidade que usufrui deste objeto ou conjunto de objetos. Além disso, dentro deste conceito, a autora buscou enfatizar a diferença entre monumento e monumento histórico a partir das transformações em seus significados com o passar dos anos e as mudanças que ocorriam na sociedade em análise. De acordo com a

etimologia da palavra, monumento deriva do latim “*monumentum*”, que tem por significado o “fazer recordar”. Choay (2006) visualiza o monumento como uma forma “de tocar, pela emoção, uma memória viva”, obtendo como sua essência a relação com o tempo vivido (CHOAY, 2006, p. 18).

A autora caracteriza monumento como algo criado intencionalmente, seja com uma finalidade comemorativa ou recordatória de um acontecimento ou de uma pessoa; já o monumento histórico não é intencionalmente concebido, pois este pode ter sido criado para exercer uma outra função de origem. Um exemplo de monumento histórico dado pela autora são as igrejas barrocas, que inicialmente foram criadas como lugar de culto e logo se encarregaram de outras funções. Visto a diferenciação feita por Choay (2006), no presente texto será contemplado o conceito de monumento, cuja essência está na sua relação com o tempo vivido e a memória.

Continuando a discussão sobre patrimônio histórico, Bourdieu (1989) abordou em seus estudos o poder dos símbolos e as suas subjetividades estruturantes, concluindo que, os símbolos só exercem um certo poder porque são estruturados por alguém ou por um grupo, tornando-se instrumentos de conhecimento e comunicação no mundo social. O autor também reconhece a produção simbólica como um instrumento de dominação usado pelas classes dominantes, cujos interesses e ideologias estão por trás desses processos decisórios disfarçados de interesses universais de um grupo.

Para Bourdieu (1989) o mundo ou espaço social é como se fosse um campo, onde acontece a “luta” por significados e disputas simbólicas entre as classes, configurando o que o autor nomeia de violência simbólica, quando a classe dominante exerce o seu poder por meio dos instrumentos de imposição ou legitimação (conhecimento e comunicação) sobre as demais.

No que tange a cultura, Bourdieu (MICELI *in* Bourdieu, 1982, p. 13) menciona que:

[...] uma vez que a cultura só exista efetivamente sob a forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, de onde provém sua eficácia própria, a percepção dessa realidade segunda, propriamente simbólica, que a cultura produz e inculca, parece indissociável de sua função política. Assim como não existem puras relações de forças, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação.

Hall (2006, p. 51) considera a cultura nacional como um discurso, que produz sentidos sobre determinada nação a partir de “estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”, o que resulta em memórias nacionais nas quais a identidade da nação é construída. O autor é contrário à ideia de uma cultura nacional unificada devido à diversidade sociocultural já existente e à própria história de alguns países, que emergiram de uma conquista violenta sobre seus territórios, modo de viver e cultura. Com isso, a cultura, identidade e a memória nacional não estão distantes do jogo de poder existente entre a classe dominante-colonizadora e as subalternizadas.

É possível visualizar a relação dominante-dominado abordada por Bourdieu (1989) na história da América Latina e que se perpetua até os dias de hoje, já que é visível a influência e poder sobre a economia e decisões políticas de modo global pelos países do norte sobre os países do sul. Essa realidade corresponde ao processo de colonização nos países latino-americanos, refletindo também sobre os seus símbolos e impondo uma memória nacional. As representações em monumento incorporam a essência de heróis civilizadores, na qual a violência contra suas vítimas é justificada na prerrogativa de ato inevitável para um sacrifício salvador (DUSSEL, 2000). Os monumentos criados de modo intencional, como cita Choay (2006), estão presentes nesses países, mas se tornaram pautas de questionamento durante o contexto político dos anos 2018-2021, em países como Brasil, Chile e Colômbia; objetos de estudo deste artigo.

Iniciando pelo Brasil, tem-se a monumental estátua de Borba Gato. Inaugurada em 1963 e com 13 metros de altura, a estátua homenageia um dos responsáveis pela morte e escravidão de indígenas e negros durante o período colonial no Brasil. A partir da construção de um imaginário regional paulista baseado na identificação desse indivíduo como bandeirante e ratificado pela comemoração do IV Centenário de Santo Amaro em 1957, a prefeitura de São Paulo, por meio de um concurso, elegeu a estátua de Borba Gato para representar a memória e referenciá-lo como guardião/herói local, instalando o monumento na Zona Sul da cidade de São Paulo, em Santo Amaro (COSTA, 2017).

Contudo, a estátua em questão tem fomentado ideologias conflitantes, dividindo opiniões quanto à sua relevância cultural, visto que, Borba Gato foi um símbolo da escravidão e do genocídio no país e ocupa uma posição pública de prestígio como monumento em São Paulo. Em julho de 2021, a estátua foi incendiada por grupos ativistas que fizeram o uso de pneus e líquido inflamável, causando uma enorme fumaça no local e chamando a atenção da população para a representação negativa daquele monumento (BBC, 2021). Apesar das chamadas, a estrutura da estátua não foi comprometida e permanece atualmente fixada no mesmo local.

Referente ao contexto social do Brasil que envolve o fato, principalmente nos últimos anos, o país vem enfrentando uma forte crise política que teve seus efeitos alastrados significativamente em outros âmbitos como social e econômico. O cenário que se encontra instaurado no país atualmente, é fruto do acúmulo de diversas tribulações enfrentadas ao longo dos anos (COSTA, 2018; FONTAINHA E LIMA, 2020; MELO E CABRAL, 2020). Esses enfrentamentos estão associados a diferentes episódios como casos de corrupção, crimes de responsabilidade, ascensão da extrema direita, polarização política, colapso na segurança pública, cortes na educação, diluição de políticas públicas no âmbito do meio ambiente, autoritarismo, ameaças à democracia, alastramento de notícias falsas, negacionismo e aumento da miséria que, especialmente no ano de 2020, tornou a instabilidade generalizada agravada com o surgimento da crise sanitária originada pelo novo coronavírus (AVRITZER, 2020; MELO E CABRAL, 2020).

No ano de 2019, iniciou-se um protesto social massivo que ficará na história do Chile, oriundo da insatisfação e rejeição ao modelo econômico neoliberal imposto. O gatilho que deu início à onda de protestos chilenos foi o aumento da tarifa do metrô, equivalente a 20 centavos de real. O governo chileno respondeu aos protestos, ocasionando confrontos entre os manifestantes, policiais e militares; o que fez o governo decretar estado de emergência na capital Santiago e na região metropolitana, além de impor toques de recolher na tentativa de conter as manifestações (BRUNNER, GANGA-CONTRERAS, 2020; MÁRQUEZ, GUINEZ, 2021).

Com cerca de um milhão de pessoas nas ruas, unidas com o lema “Chile Acordou”, o ato iconoclasta aconteceu com a estátua do general do Exército Manuel Baquedano, instalada em 1928 no centro de Santiago, no Chile. O general Baquedano participou de guerras por disputa de territórios no país durante o século XIX, e se tornou o responsável por assassinar um dos grupos originários chilenos, os indígenas mapuches (LAZARO, 2020). Além do monumento, o general também foi homenageado por meio da praça onde o patrimônio material está localizado, com o nome de Praça Baquedano. Com cerca de 10 metros de altura e localizado em uma das praças mais conhecidas da capital, o monumento esteve presente ali por anos, mas foi durante os protestos de 2019 que se iniciou uma disputa daquele espaço público e monumento, que era claramente uma memória militar.

O monumento recebeu pichações durante esses protestos, o que “correspondem à expressão de memórias assimétricas com o patrimônio oficial do Estado, do Exército e dos setores mais conservadores do país” (DANILO, 2021, p. 15- tradução nossa). Entretanto, foi uma ação de manifestantes em 2021 que impactou o mundo por meio das mídias sociais, nas quais circulou uma foto do monumento incendiado após ter recebido marteladas e o uso de serra elétrica (BBC, 2021). Após esse ato marcante, as autoridades decidiram pela remoção da estátua de Manuel Baquedano e a praça passou a ser chamada popularmente de Praça Dignidade.

Na Colômbia, em 2019, a população colombiana foi às ruas protestar contra o governo de Ivan Duque Márquez e suas políticas econômicas, sociais e ambientais. O movimento envolveu lideranças indígenas, estudantes e ativistas; contudo, o governo respondeu aos manifestantes com medidas como toque de recolher, vigilância aérea e militar. As manifestações colombianas aconteceram de forma não consecutivas durante o ano de 2019, mas algumas ações se tornaram marcantes para o mundo por meio das mídias sociais, como jovens que realizaram painéis, manifestantes colombianos exibindo bandeiras do Chile em sinônimo de apoio ao país vizinho e os confrontos diários entre manifestantes e policiais que resultaram em violência (G1, 2019).

Uma das ações que repercutiu em diversos canais de comunicação foi quando ativistas sociais utilizaram cordas para amarrar e derrubar a estátua de Cristóvão Colombo, na cidade

de Barranquilla (BBC, 2021). Sendo este mais um ato iconoclasta na América Latina, dentro do período de 2018-2021. Segundo Cuche (1999), a identidade é construída no âmbito de contextos sociais que orientam as representações e escolhas, ou seja, está associada às relações entre os grupos sociais, dessa forma, é dotada de eficácia social que, assim, produz efeitos sociais reais; situação observada na união de forças para manifestar insatisfações e realizar ações conjuntas como a destruição das estátuas.

Comumente, os atos de destruição exercidos sobre esses patrimônios são associados pela mídia a práticas de vandalismo. Contudo, é necessário ter em conta que as atitudes de ruptura da memória desses patrimônios não se configuram em ações isoladas atreladas a rebeldia espontânea, mas estão ancoradas em um longo e antigo movimento repressor de símbolos e representações de grupos marginalizados, que tiveram suas identidades atrofiadas em detrimento do fortalecimento das memórias dos dominantes (POLLAK, 1989).

Le Goff (2003) comenta que a memória, como objeto de interesse do Estado, é fruto de seu ambiente político e social que, assim, tece estratégias de manipulação de suas informações. Nessa perspectiva, ressalta-se a natureza destruidora que permeia a construção de uma memória coletiva nacional hegemônica que, na verdade, não representa a história da nação em sua totalidade, mas são reduzidas a perspectiva de grupos dominantes e imposta a sociedade. De acordo com Pollak (1989), os grupos marginalizados são detentores da chamada memória subterrânea, composta por narrativas que se diferem do discurso oficial de uma nação, conhecidas pela maior parte da sociedade. Ainda segundo o autor, as memórias subterrâneas permanecem durante anos no silêncio e sofrem com processos de apagamento, até que emergem com intensidade, impulsionadas por momentos como de crises políticas e defesa de direitos (POLLAK, 1989).

É possível observar que esses momentos impulsionadores são um episódio em comum no contexto dos 3 países e seus respectivos patrimônios analisados. Ou seja, crises e seus desdobramentos eram o cenário instaurado que antecedeu os atos de destruição de estátuas símbolos da memória coletiva nacional. Essa sincronia dos fatos concerne ao ambiente relacional mutável no qual a identidade é resultante, tornando-a igualmente capaz de sofrer mudanças; por isso, nessas circunstâncias, Cuche (1999) opta pelo uso de “identificação”.

Assim, forças simbólicas estão presentes no ambiente relacional pondo a identidade em jogo nas lutas sociais; dessa maneira, no contexto de dominação, a identidade “oficial” teria maior legitimidade que a de grupos estigmatizados, frente a premissa que os grupos não compartilham do mesmo “poder de identificação”, uma vez que esta força depende da posição ocupada no sistema de relações dos grupos, definindo-se assim incluídos e excluídos (CUCHE, 1999; WOODWARD, 2012).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão iniciada neste estudo indaga questionamentos pertinentes para futuros estudos sobre memória e patrimônio, principalmente pelo que se entende por patrimônio e a quem ele representa. De acordo com Bourdieu (1989), o patrimônio também representa uma ferramenta de exercício de poder, e quando um grupo social ou a sociedade não se sente representada por tal patrimônio, iniciam-se as disputas simbólicas.

A importância do estudo da memória se revela na necessidade de compreensão das problemáticas do tempo e da história, nas quais as memórias ora estão retraídas ora assumem destaque (LE GOFF, 2003). Além dos atos de destruição, a história, o patrimônio e a cultura foram trabalhados como resultados das disputas entre as memórias coletivas e no resgate das memórias silenciadas.

Nota-se que as intervenções nos patrimônios culturais trabalhados foram sensíveis ao cenário político, social e econômico crítico vivenciado por todos os três países analisados em suas respectivas conjunturas, antecedendo efetivamente sua prática, corroborando com a constatação de Pollak (1989) sobre os momentos de emersão da memória dos grupos marginalizados. Nesse sentido, a constituição de uma memória hegemônica é utópica, visto que, a história desses países está alicerçada sobre a história de distintos povos, costumes, identidades e memórias. Assim, a discussão vai para além da noção de apenas se sentir representado ou não por certo símbolo nacional, mas necessita se aprofundar no mal-estar gerado por ele, à medida que fere outras memórias.

Evidentemente, a derrubada dessas estátuas não soluciona instantaneamente os problemas referentes ao racismo e a desigualdade enraizados na estrutura dos países da América Latina. Contudo, trata-se de um ato legítimo por manifestar resistência, reparação, luta e busca por visibilidade, e que, associado a outros movimentos de representatividade, podem auxiliar na tentativa de construção da diversidade a longo prazo.

Portanto, a percepção sobre atos iconoclastas encontra-se em uma linha tênue entre o vandalismo e a reivindicação da memória, o que divide opiniões no meio social e acadêmico. Uma possível solução para esta problemática é a realocação desses monumentos em museus, onde o contexto da criação daquele bem pode ser apresentado e explicado para os visitantes de forma verídica sem priorizar narrativas de um determinado grupo, evitando assim, que uma época ou uma pessoa (como Borba Gato, Cristóvão Colombo e Manuel Baquedano) que não satisfaz ou simboliza os preceitos emergentes, seja honrada em praça pública.

Como sugestão para pesquisas futuras, tem-se como pretensão analisar sob quais perspectivas as notícias sobre derrubadas de estátuas ao redor do mundo são veiculadas pela mídia nacional e internacional, no sentido de captar a interpretação atribuída aos atos iconoclastas contemporâneos pautadas entre o vandalismo e a legitimidade.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013, pp. 443-469.

AMARAL, João Paulo Pereira. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Rio de Janeiro, 2015. 1-187. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. Todavia, 2020.

BBC. **A polêmica em torno da derrubada de estátuas de Cristóvão Colombo, generais e traficantes de escravos na América Latina**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57743744>. Acesso em 04 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Memória e Sociedade).

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli).

BRUNNER, José-Joaquín; GANGA-CONTRERAS, Francisco; LABRAÑA-VARGAS, Julio. Universidade e protesto social: uma reflexão do Chile. **Revista iberoamericana de educación superior**, v. 11, n. 32, p. 3-22, 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.: il.

COSTA, Márcia Maria da Graça. **Lugares de memória do bairro de Santo Amaro: a estátua de Borba Gato**. São Paulo, 2017. 1-206. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Santo Amaro.

COSTA, Sérgio. Estrutura social e crise política no Brasil. **Dados**, v. 61, p. 499-533, 2018.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**, Lisboa: Fim de Século, 1999.

DANILO, Damian Rosenmann. ¿Memoria del Pueblo o Memoria Militar? ¿Patrimonio Nacional?: La Disputa por la Memoria en torno a la figura del General Baquedano. **REVUELTAS. Revista Chilena de Historia Social Popular**, n. 4, p. 160-170, 2 ago. 2021.

DE OLIVEIRA, Fernanda Rocha. A Arte de Des/Re/Construir Patrimônios: Debatendo intervenções em memórias e monumentos. **Revista Cidade Nuvens**, v. 2, n. 2, p. 54, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 41-53.

FERNANDES, Caroline Coelho. **A Crise Iconoclasta no Império Bizantino e a Defesa das Imagens de São João Damasceno: Um debate sobre autoridade política**. Mariana, 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.

FERNANDES, Caroline Coelho. A marca cristã nas relações de poder em Bizâncio e a crise iconoclasta. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015.

FONTAINHA, Fernando; LIMA, A. E. C. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do mensalão à Lava Jato. **Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2020.

G1. Colômbia tem protestos contra o governo Duque; Cali tem toque de recolher.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/21/colombianos-vao-as-ruas-para-protestar-contr-a-pacte-economico.ghtml>. Acesso em 01 nov. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Londres: Verso Trade, 1985.

LAMBERT, Nathalia. Que caíam todos! Memória, afetos e levantes. **Arte**, p. 115-128.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 21-53.

LAZARO, Fernanda. A luz de um vermelho entardecer: os protestos no Chile a partir da fotografia de Susana Hidalgo. **Mosaico**, v. 12, n. 18, p. 9-30, 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização e valor simbólico: o "valor excepcional universal" no patrimônio mundial**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16º, 2015, João Pessoa. Anais...UFPB, PB, 2017, p. 1-19.

LUPI, João. Iconoclastas, Antirréticos e o Poder da Imagem. **Ágora Filosófica**, Pernambuco, v. 1, nº 2, p. 149-168, jul./dez. 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “La descolonización y el giro des-colonial”. **Tabula Rasa**, n.9, pp. 61-72, Bogotá, 2008.

MÁRQUEZ, Francisca; GUIÑEZ, Álvaro Hoppe. A revolta dos insurgentes contra o abuso e a desigualdade. Os protestos em Santiago do Chile em outubro de 2019. **Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología**, n. 44, p. 197-213, 2021.

MELO, Carlos; CABRAL, Sandro. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalizador da Covid-19. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 14, n. 39, p. 3681–3688, 2020. DOI: 10.21171/ges. v14i39.3259.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo ya lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 55-85.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



NOVO, Leonardo. Em nome de Colombo: exposições, estátuas e monumentos. **Temporalidades**, v. 12, n. 3, p. 644-667, 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

RAHME, Anna Maria Abrão Khoury. A derrubada de cada estátua é um apelo. **Revista ARA**, v. 10, n. 10, p. 131-157, 2021.

RENOU, Mariana Vitor. Derrubar e Erguer Estátuas e Monumentos: Memória, Ancestrais e Construção de Si em Guadalupe/Caribe. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 3, p. 562-582, 2020.

ROZAS-KRAUSE, Valentina. ¿ Deben resistir los monumentos? Monumentos caídos: notas sobre nuestra actual estatuofobia. **ARQ (Santiago)**, n. 105, p. 150-152, 2020.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, 2015.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: numa introdução teórica conceitual". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-72.